



ATA N.º 8/2017

DA 1.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE SETEMBRO DE 2017  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 4 DE SETEMBRO DE 2017

-----No dia 4 de setembro de 2017, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Ordinária de setembro, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 27.º, e na alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 1 - *Informação escrita da Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município;*
- PONTO 2 - *Apreciação do Relatório de avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2016;*
- PONTO 3 - *Apreciação e votação da assunção de compromisso plurianual referente à aquisição de serviços de limpeza urbana na área do Município de Lagos;*
- PONTO 4 - *Apreciação e votação da Proposta de concessão de condecorações – Medalha de Mérito Municipal;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Atribuição de Prémios de Educação e de Bolsas de Estudo;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento Municipal de Hortas Sociais e Urbanas;*
- PONTO 7 - *Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Cemitério para Animais de Companhia do Município de Lagos.*

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 44 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafirim e Barão de S. João)
PS	Eduardo Manuel de Sousa Andrade
PS	João Henrique Pereira
PS	João Luís da Silva Gomes
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas



Fl. 97v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PSD	Fernando Ramos Bernardo (1.º Secretário)
PSD	José Valentim Rosado
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
LCF	Ana Margarida P. A. Bento e Barros Martins (2.ª Secretária)
LCF	Jorge Manuel Fernandes Ferreira
CDU	Ana Paula Pereira Viana
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia
INDEPENDENTE	José Alberto Baptista
BE	José Manuel Maia dos Santos

-----**SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME DO MEMBRO</b>	<b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b>	<b>SUBSTITUTO</b>
PS	António Marreiros Gonçalves	Sessão Ordinária de setembro	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo	1 dia	Márcio Filipe dos Santos Viegas
CDU	Celso Jorge Pereira da Luz Alves Costa	Sessão Ordinária de setembro	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRARAM JÁ NO DECURSO DA REUNIÃO**, no momento indicado nesta Ata, aos seguintes Membros:

<b>GRUPO MUNICIPAL</b>	<b>NOME/CARGO DO MEMBRO</b>
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato



LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
-----	----------------------------------

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:** Tendo sido apresentada por escrito a respetiva justificação, apreciada a mesma, foi pela Mesa considerada justificada a falta dada pelo seguinte Membro:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO MEMBRO	REUNIÃO
PS	Vítor Manuel Morais Mata (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)	26/06/2017

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel M. Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PSD	Nuno Filipe Carreiros Ferreira Serafim - Vereador
LCF	Luís Manuel da Silva Barroso - Vereador

-----**FALTOU A ESTA REUNIÃO A MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL,** a seguir indicada:

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
CDU	Maria Luísa Miranda Matos Cardoso Teixeira - Vereadora

-----**ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES:** Dispensada a leitura, uma vez que as mesmas tinham sido oportunamente enviadas aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal, foram pelo Plenário apreciadas as seguintes Atas:

-----Ata n.º 2/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de março de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 2/2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 63/AM/2017:**

-----**Aprovada,** por unanimidade, a Ata n.º 2/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 7 de março de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:



Fl. 98v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Após esta votação, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória	20.46

-----Ata n.º 3/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 3/2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 64/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 3/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de abril de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----Ata n.º 4/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de maio de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 4/2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 65/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 4/2016 da 2.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 2 de maio de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	João Henrique Pereira

-----Ata n.º 5/2016 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 9 de maio de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 5/2016.-----



-----**DELIBERAÇÃO N.º 66/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 5/2016 da 3.ª Reunião da Sessão Ordinária de abril de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 9 de maio de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Adélia Maria de Almeida Rodrigues Fuzeta
PSD	Fernando Manuel Cristino Marreiro
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----Ata n.º 6/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de junho de 2016.-----

-----Posto isto, passou-se à votação da Ata n.º 6/2016.-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 67/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ata n.º 6/2016 da 1.ª Reunião da Sessão Ordinária de junho de 2016 da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 27 de junho de 2016.-----

-----Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na aprovação desta Ata, por não terem estado presentes na Reunião a que mesma diz respeito, os seguintes Membros:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
CDU	Maria Brites Quintino da Silva Nunes Dias Alcobia

-----Declaração de Voto efetuada pelo Sr. Jorge Ferreira (LCF): “Estivemos a aprovar atas desde fevereiro de 2016 a junho de 2016, à presidência e à Mesa, porque de facto, é muito tempo entre a realização das reuniões e a altura em que as atas são aprovadas, nas suas versões definitivas. Isto é uma vergonha para a Mesa da Assembleia, especialmente para o Sr. Presidente que tem a função de orientar e dirigir.”-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta Declaração, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME /CARGO DO MEMBRO	HORA
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)	20.51

-----**PERÍODO DAS INTERVENÇÕES DO PÚBLICO:** O Sr. António Cravinho, como morador na Praça Luís de Camões, apresentou a sua indignação pelo facto dos



Fl. 99v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

músicos que têm licença para atuarem na referida Praça, atuarem com níveis de decibéis superiores ao permitido, sem qualquer controlo. Disse que depois de vários anos a apresentar queixas às PSP e à Câmara Municipal, as mesmas em nada tinham resultado. Referiu que o descanso da sua família, na casa onde vivem, era quase impossível. Disse que a situação tinha vindo a agravar-se, com a atuação de músicos que não eram controlados e que dispunham de amplificação acústica, decorrendo as diversas atuações ao longo do dia e da noite. Tendo em consideração o exposto, solicitou a ajuda da Assembleia Municipal no sentido de devolver qualidade de vida à sua família.-----

-----A Sra. Tess Cravinho, disse ser moradora na Praça Luís de Camões, havia 26 anos e nunca tinha tido tantos problemas com música de rua. Referiu que a Câmara Municipal tinha achado por bem passar licenças com amplificadores, esquecendo-se assim dos moradores da cidade. Disse que parece que as licenças eram passadas sem qualquer rigor ou controlo, pelo que o verificado era que os músicos abusassem do volume, sem qualquer controlo dos decibéis emitidos. Referiu que desde maio que não conseguia descansar na sua habitação, chegando ao ponto de ter que abandonar a sua habitação para poder descansar, uma vez que os músicos começam a atuar pelas nove horas e só acabam depois da meia-noite. Perguntou com que direito a Câmara Municipal pode decidir as horas em que podem dormir os moradores da Praça Luís de Camões e porque os referidos moradores não podem ter silêncio nas suas casas, conforme qualquer outro cidadão da cidade. Perguntou porquê que a Câmara Municipal não passava licenças até às 22 horas em vez de as passar até à meia-noite e porque está a passar licenças com amplificadores numa zona habitacional. Perguntou ainda o porquê de a Câmara Municipal levar mais de um mês para responder às reclamações dos munícipes.-----

-----O Sr. Nautilio Lourenço, disse o seguinte: “Volto a dirigir-me a esta Assembleia Municipal, para denunciar que a Câmara Municipal de Lagos, interveio num conflito de vizinhos, substituindo-se ao tribunal. O despacho da Sra. Presidente da Câmara proferido em 14/08/2017, há menos de um mês, contraria o despacho da Sra. Presidente da Câmara proferido em 22/11/2016 em que me notifica como proprietário, ambos os despachos são do processo de vistoria n.º 27/2015. Gostaria que os Grupos Municipais que se deslocaram ao local, se pronunciassem sobre o muro que tapa a minha porta, já que o referido muro foi erigido dentro da área útil do meu prédio. Esclareça que no dia 25/08/2017, tive um atendimento com a Sra. Eng.ª, da Unidade Técnica de Fiscalização, que confrontada com a informação do despacho da Sra. Presidente proferida em 14/08/2017, a Sra. Eng.ª esclareceu-me que não foi proposto a criação de escadas para aceder ao nível do arruamento a sul, já que a saída da porta tapada pelo muro, seria para a Rua da Abrótea, e a minha habitação não ficaria diretamente confinante com a rua. Volto novamente a entregar a esta Assembleia cópia do aditamento à informação prestada em 5/11/84, esse aditamento foi prestado em 7/06/85 que confirma a cedência gratuita para alargamento do caminho, e acrescento que nesse mesmo aditamento, o Sr. Vereador da Câmara Municipal deu ordem de execução da obra em 11/06/85. A conformar que houve uma cedência de parcela de terreno para alargamento do caminho,



entrego cópia do ofício que me foi enviado pela Câmara Municipal em 27/09/2013 informando-me que houve um processo de desafetação de parcela de terreno para alargamento do caminho.”-----

-----A Sra. Dina Salvador, expressou a sua tristeza e profunda desilusão relativamente às obras que estavam a decorrer na Ponta da Piedade. Disse que a Ponta da Piedade era um ex-líbris de Lagos, do Algarve e do País, pelo que merecia ser tratada de uma outra forma. Referiu que a Ponta da Piedade necessitava de um projeto global de recuperação, de revitalização, de dignificação, sendo que o projeto que está em curso, o qual não esteve em discussão pública, foi feito um pouco à revelia dos lacobrigenses e como tal não tinha havido hipóteses para serem apresentadas propostas, o que lamentou. Disse que o projeto em execução não estava a reduzir caminhos nem a ordenar as visitas ao local. Referiu que tinham que ser feitos passadiços e não trilhos ao nível do chão uma vez que os mesmos levavam ao término do coberto vegetal e logo a seguir vinha a erosão.-----

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato	20.59

-----O Sr. Marek Foth, mencionou o barulho noturno na Praça do Infante e o assunto da Ponta da Piedade, referido pela Sra. Dina Salvador. Disse que a Ponta da Piedade é um local importantíssimo para a cidade de Lagos, sentindo-se triste com a intervenção que estava a ser feita no local. Referiu que o barulho na Praça do Infante durava até altas horas da madrugada. Disse existir uma grande falta de policiamento das ruas. Referiu ser impressionante o número de vezes que por dia era abordado na rua, por diversas pessoas, com o intuito de adquirirem droga.-----

-----O Sr. António Santos, disse que as situações verificadas em Lagos eram inenarráveis. Referiu que o lixo e o barulho que proliferava pelas ruas e pelas Praças de Lagos era mais que muito, sendo ainda sentida a falta de policiamento nas ruas. Perguntou quando o Tribunal decidia que o Sr. Viegas e o Sr. Arlindo não podiam fechar o caminho que liga a praia da D. Ana à praia do Camilo. Disse existir falta de democracia na Câmara Municipal de Lagos. Referiu que as pessoas tinham medo de falar, porque a Câmara as podia perseguir, como acontecia com ele. Disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal, num intervalo de uma reunião de Câmara, foi ter com ele para o ameaçar. Informou que o Sr. Arlindo, sócio do Sr. Viegas, um dia quis agredi-lo. Afirmou que o Sr. Vereador responsável pelo lixo era incompetente uma vez que não tido a coragem de chamar à responsabilidade a EcoAmbiente, empresa responsável pela limpeza urbana. Terminou dizendo que o Hospital de Lagos era uma desgraça, pelo que apelou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que fizesse algo pelo Hospital de Lagos.-----

-----A Sra. Elsa Cintra, referiu o problema do ruído na cidade, em geral e na Rua 25 de Abril, em particular, pois a maior parte dos bares existentes na referida rua, parecem discotecas, no que ao nível da música dia respeito, principalmente o Bar



Fl. 100v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Aficionado, que para além de abusar do nível do som da música, abusa ainda dos lugares de esplanada a que tem direito, não respeitando nada nem ninguém. Disse que tinha feito uma queixa na Câmara Municipal, havia cerca de seis semanas, mas continuava à espera de uma resposta. Sobre o assunto da Ponta da Piedade disse que fazia das palavras dos anteriores oradores que falaram sobre o assunto, as suas. Disse que o campo de jogos da escola das Naus, necessita de uma intervenção, a qual tinha sido prometida, por diversas ocasiões, pela Câmara Municipal, mas ainda não concretizada.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) sobre as questões relacionadas com o ruído, disse que não era preciso sair do Salão Nobre dos edifício dos Antigos Paços do Concelho, para constatar os problemas a nível de ruído, que existiam na cidade, o que faz com que as pessoas que vivem nestas artérias estejam em constante sofrimento, pelo que a Câmara Municipal tinha a obrigação de intervir em relação ao assunto, assim como tinha que intervir na questão da ocupação, indevida, da via pública, por esplanadas de estabelecimentos. Relativamente ao assunto trazido pelo Sr. Nautilio, disse que compreendia o Município, no entanto só os tribunais estariam habilitados a resolver o problema. Disse que a Câmara Municipal tem o poder de executar demolições coercivas, pelo que essa deveria ser a atitude a tomar pela Câmara Municipal em relação à vedação colocada no terreno entre as praias da D. Ana e do Camilo.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a utilização do espaço público para atuação de artistas de rua, faz parte da tradição de Lagos, sendo que as referidas atuações devem obedecer a regras e devem estar devidamente licenciadas pela Câmara Municipal, de acordo com a Lei. Em relação aos abusos disse que tais situações devem ser comunicadas e resolvidas pelas autoridades das forças de segurança. Disse que a PSP de Lagos teve um reforço de pessoal com agentes do Corpo de Intervenção, tendo os mesmos cumprindo a suas funções. Sobre o assunto trazido pelo Sr. Nautilio, referiu que o mesmo terá que ser resolvido pelos tribunais. Relativamente à requalificação da Ponta da Piedade, disse que as pessoas estavam a sofrer por antecipação. Informou que o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, em 2010, considerava que a Ponta da Piedade devia ser alvo de um plano de requalificação, específico, para a zona, tendo sido iniciado, em 2010, pelo Ministério do Ambiente, em conjunto com a CCDR Algarve e com a Câmara Municipal, um projeto de requalificação da zona compreendida entre a praia do Canavial e a praia da D. Ana, tendo sido contratado para o efeito um arquiteto com grande experiência na área paisagística, tendo o mesmo desenvolvido um projeto que evitava o pisoteio, indiscriminado que ocorria na Ponta da Piedade, que contribuía para a degradação do local. Informou que se verificando uma oportunidade financeira para avançar com o projeto, dada a colaboração do Cascade, e à apresentação de uma candidatura a fundos europeus, foi dado início à 1.ª fase do projeto de requalificação da Ponta da Piedade, sendo que haverá uma 2.ª fase que irá da Ponta da Piedade até à praia do Pinhão. Disse que a intervenção iniciada na Ponta da Piedade era muito importante para a defesa da Ponta da Piedade. Referiu que nas redes sociais tinha verificado muita ignorância em relação a uma obra iniciada.





Referindo-se ao Sr. António Santos, disse que as palavras também agrediam, e muito. Disse que a limpeza urbana é entregue à empresa que cumpra as regras constantes no caderno de encargos. Referiu que o campo de jogos da escola das Naus já tinha começado a ser intervencionado.

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta intervenção, entrou na sala a seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Ana Cristina da Conceição Pereira Olivença	21.30

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os cidadãos de Lagos não são tidos em consideração na vida ativa do Município, por isso alguns sentem a necessidade de colocar as questões perante a Assembleia Municipal.

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou até que hora estava licenciada a animação de rua para a Praça Luís de Camões. Em relação a outros assuntos mencionados pelo Município informou que o Grupo Municipal do PSD se iria pronunciar sobre o mesmo em momentos diferentes da presente Sessão da Assembleia Municipal.

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) esclareceu o Sr. Nautilio que a Comissão Permanente tinha analisado o assunto trazido pelo mesmo à Assembleia Municipal e a informação dada pela Comissão de Deputados Municipais que se deslocaram ao local, em conjunto com uma técnica da Câmara Municipal, para verificar in loco, a situação, e decidiu solicitar mais esclarecimentos à Câmara Municipal relativamente ao processo, com o intuito de ser resolvido o problema.

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) em relação ao assunto trazido à Assembleia Municipal pelo Sr. Nautilio disse achar bem a Câmara Municipal tudo fazer para resolver o problema, mas do ponto de vista legal a situação só pode ser resolvida em Tribunal.

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

-----**LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA:** Foi lida a correspondência recebida, registada sob os números 237/2017 a 330/2017, inclusive.

-----Seguiu-se a leitura da correspondência expedida, compreendida entre os números 191/2017 a 247/2017, inclusive.

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) perguntou se tinha chegado à Assembleia Municipal resposta da Câmara Municipal a um Requerimento do Grupo Municipal do PSD, feito havia cerca de dois meses, relativamente a uma série de assuntos.

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS) informou que a resposta da Câmara Municipal ao Requerimento mencionado pelo Sr. Fernando Marreiro ainda não tinha sido rececionada pela Assembleia Municipal.

-----**INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

-----Foram presentes ao Plenário, para apreciação e votação, os seguintes Votos de Pesar:

-----Apresentado pelo Grupo Municipal da CDU: “No passado dia 31 de agosto faleceu Alda Mateus de Almeida. Alda Mateus de Almeida foi eleita nesta Assembleia Municipal nos mandatos de 1980 a 1982 e 1983 a 1985. Em sua memória,



Fl. 101v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

propomos: Que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 4 de setembro de 2017 delibere: 1 - Manifestar o seu voto de pesar pelo falecimento de Alda Mateus de Almeida, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2 - Expressar as suas sentidas condolências às suas duas filhas e por seu intermédio, à sua família.”-----

-----Apresentado pela Mesa: “Faleceu no passado dia 29 de agosto, Alberto Manuel Avelino. Alberto Avelino foi um Homem dedicado à causa pública. Foi Deputado à Assembleia Constituinte em 1975, tendo contribuído para a elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976. Foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras eleito democraticamente, cargo que exerceu de 1976 a 1983, ano em que passou a ser Deputado à Assembleia da República, presidindo a Comissão Parlamentar de Administração Interna e Poder Local. Exerceu o cargo de Deputado durante 12 anos. Foi Presidente da Assembleia Municipal de Torres Vedras de 1986 a 1993 e de 2002 até à data do seu falecimento. Tomou posse como Governador Civil de Lisboa, em 1995, tendo exercido o cargo durante 7 anos. Recebeu a Medalha de Mérito Municipal - Grau Ouro e, em 2015, a Câmara Municipal de Torres Vedras atribuiu o seu nome à Praça a Sul do Parque Urbano do Choupal. Alberto Avelino foi um dos obreiros da geminação do Município de Lagos com o de Torres Vedras, materializada em 2009. Em sua memória, a Assembleia Municipal de Lagos, reunida em Sessão Ordinária no dia 4 de setembro, delibera: 1. Manifestar o seu Voto de Pesar pelo falecimento de Alberto Manuel Avelino, cumprindo um minuto de silêncio em sua memória. 2. Expressar as suas sentidas condolências à família de Alberto Avelino, bem como à Assembleia e à Câmara Municipal de Torres Vedras.”-----

-----Posto isto passou-se à votação do Voto de Pesar referente ao falecimento da Sra. Alda Almeida.-----

### **DELIBERAÇÃO N.º 68/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Municipal da CDU.-----

-----Seguidamente passou-se à votação do Voto de Pesar referente ao falecimento do Sr. Alberto Avelino.-----

### **DELIBERAÇÃO N.º 69/AM/2017:**

-----**Aprovado**, por unanimidade, o Voto de Pesar apresentado pela Mesa.-----

-----Seguidamente foi cumprindo um minuto de silêncio em memória da Sra. Alda Almeida e do Sr. Alberto Avelino.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que não via onde estava patente a falta de democracia na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal. Referiu um conjunto de situações existentes no Município que são prova de que tal não se verifica, como são as Comissões da Assembleia Municipal, a Assembleia da Juventude, os Conselhos Municipais da Juventude e Sénior e o Orçamento Participativo, entre outras. Lamentou o facto das reuniões públicas dos órgãos do Município, terem pouca participação do público.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD), fez a seguinte intervenção: “No dia 26 de agosto, passado, desloquei-me ao Centro de Saúde de Lagos - Unidade Saúde dos Descobrimentos, devido a ocorrência de pequeno acidente, que me causou



escoriações na mão esquerda, na expectativa de, lá, após um breve diagnóstico, me serem prestados os tratamentos recomendados. Fui atendido por duas pessoas que, naquele dia, se encontravam nas instalações informando-me de que a sua função era exclusivamente disponibilizar metadona. Fiquei surpreendido e, claro, posteriormente, tentei aprofundar a informação colhida naquele sábado. Acabei por reconfirmar que, além do fim-de-semana, os consumidores da metadona têm assegurado, todos os dias, de segunda a domingo, em horário próprio, o atendimento e dádiva do produto. Fiquei também a saber que aos demais cidadãos não são prestados, naquelas instalações, quaisquer serviços durante o fim-de-semana (sábado e domingo), uma vez que, para estes encerra à sexta-feira. Face a isto, acabei por ficar com a perceção de que as autoridades de saúde locais, regionais e nacionais, dispensam (e bem) preocupação constante com os consumidores da metadona assegurando-lhes uma assistência permanente e continuada, naquele espaço, mas o mesmo não acontece (e mal) com os cidadãos não dependentes (do produto). Para estes, últimos, aquela unidade de saúde está encerrada durante o fim-de-semana. Aqui fica, pois, à consideração da mesa da Assembleia, da comissão municipal especializada, o meu reparo.”-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o assunto da Ponta da Piedade praticamente que não foi abordado pela Assembleia Municipal e o facto de Municípes se deslocarem à Assembleia Municipal para falarem do assunto é prova de que as coisas não estavam bem. Referiu que não estava bem a obra e o processo, porque nem os Membros da Assembleia Municipal, nem os Vereadores da oposição da Câmara Municipal, tiveram oportunidade de tomar consciência de que obra ia ser feita na Ponta da Piedade. Disse que a democracia não era só cumprir as formalidades, era dar-lhe sentido e conteúdo. Referiu que o assunto foi falado muito genericamente na Assembleia Municipal, sem os pormenores mencionados pela Sra. Presidente da Câmara Municipal, na presente reunião e quando foi falado o que ficou perceptível foi que iam ser feitos passadiços, para defender a natureza. Disse que os decisores políticos sacodem sempre a água do capote com argumentos, supostamente, técnicos. Referiu que o que estava em causa era defender a natureza naquela parcela do território, sendo que o que estava a ser feito no local colocava essa defesa em causa. Disse que devia ter sido realizado um estudo de impacto ambiental, antes de iniciar-se o projeto para a Ponta da Piedade e isso não tinha sido realizado. Referiu que Sofia de Mello Breyner, em 1961, tinha dito o seguinte: “Afirma-se que é necessário desenvolver, turisticamente, o Algarve, para isso será preciso construir, mas é necessário que aqueles que vão construir amem o espaço, a luz e o próximo”, tendo terminado dizendo que é tudo o que foi referido por Sofia de Mello Breyner, que não estava presente na intervenção que estava a ser feita na Ponta da Piedade.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse que a ser verdade que os Vereadores da Câmara Municipal, sem pelouro, não tinham sido consultados em relação ao projeto da Ponta da Piedade, trata-se de uma situação grave, do ponto de vista da transparência e do rigor. Referiu que a intervenção na Ponta da Piedade está inserida no Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Burgau a Vilamoura, na sequência de



Fl. 102v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

uma resolução do Conselho de Ministros com alguns anos, pelo que do ponto de vista do cumprimento da legislação, não existem questões. Disse que o que estava em causa era o impacto ambiental que a intervenção podia ocasionar. Referiu que este processo careceu de uma apresentação ao público, a qual, possivelmente, poderia ter esclarecido as dúvidas que estavam a ser levantadas.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos) disse que lhe parecia que o País estava mal servido de técnicos, na sequência de todas as intervenções feitas, na presente reunião, sobre a Ponta da Piedade, uma vez que todos percebem mais do assunto do que a Agência Portuguesa do Ambiente, a CCDR Algarve e todas as entidades que aprovaram e que estão a fiscalizar a intervenção que estava a ser realizada na Ponta da Piedade. Referiu que a legalidade da intervenção não pode ser questionada. Disse concordar com o facto de ter faltado uma Sessão de Esclarecimento, sobre a intervenção da Ponta da Piedade, no entanto referiu que na última Sessão de Esclarecimento em que tinha marcado presença, sobre a intervenção que ia ser feita no Bairro Operário, tinha assistido ao PSD acusar a Câmara Municipal de ter realizado uma Sessão de eleitoralismo, pelo que o PSD tinha que decidir o que queria. Referiu que todos os presentes, políticos e público, gostavam de Lagos. Disse que havia dois anos que a Sra. Presidente da Câmara Municipal, tinha sido muito mal tratada na Assembleia Municipal, na sequência da intervenção feita na praia da D. Ana, sendo acusada pelo facto de tal intervenção ir tirar tudo à praia em causa, no entanto, dois anos volvidos a praia da D. Ana tem a “Qualidade de Ouro”, da Quercus e não viu ninguém congratular-se com o facto. Referiu que a intervenção na Ponta da Piedade, deve ser avaliada depois de estar concluída.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Como é do conhecimento público, a Assembleia Municipal tem gosto em ouvir as justas queixas dos cidadãos que se deslocam às sessões e que a AM leva sempre a sério. Deve ser quase a única Assembleia Municipal que abre sempre espaço para a audição do público em todas as suas reuniões. Mas, conforme se confirmou, o assunto é sempre dirigido à Câmara Municipal, pelo que leva a Presidente da Câmara Municipal a dar uma resposta que será a repetição das que deu, ou dará, nas reuniões da própria Câmara. Contudo, dos assuntos que aqui foram trazidos, vou fazer uma pequena anotação. Sobre o assunto da Abrótea, a Comissão Permanente visitou o local e tomou a decisão de enviar à Câmara Municipal o processo para que tente resolver o problema. A solução não parece ser fácil. Espero que haja solução. Sobre a Ponte da Piedade não temos informação suficiente sobre o processo, pelo que procuraremos saber mais. Se é verdade que são justas as queixas dos munícipes, também se exige alguma moderação nas palavras das queixas. Se não conseguimos dialogar, também não conseguimos entender-nos, o que porá em causa a verdadeira solução do problema. O que esta Assembleia Municipal não quer que aconteça. Queria também dizer uma coisa simples. Cansou à TSL e cansa ao Grupo Independente ouvir a queixa repetida de que a vereação da oposição não conhece nada, não participa em nada. Para que foram, então, eleitos?”-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que a Ponta da Piedade é um sítio emblemático e



lindíssimo, como há poucos no Mundo, por isso qualquer intervenção que seja necessária realizar no local, deveria ser merecedora de uma discussão pública e não avançar sem dar o devido conhecimento à população. Referiu que das poucas vezes que o assunto foi falado na Assembleia Municipal, tinha ficado com a ideia de que iam ser feitos passadiços elevados e não intervenção feita diretamente no terreno.----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) começou por dizer que concordava com as palavras proferidas pelo Sr. José Santos. Disse que as pessoas que pagam as obras feitas pela Câmara Municipal, através dos impostos municipais, têm que dar opinião sobre as mesmas e os políticos têm que ouvir, em primeiro lugar, as pessoas e depois os técnicos. Sobre a Sessão de Esclarecimento referente à intervenção a ser realizada no Bairro Operário, disse que a mesma não se tratou de uma sessão de esclarecimento, propriamente dita, uma vez que quando um militante do PSD, questionou a Câmara Municipal sobre algumas dúvidas que tinha em relação ao projeto, foi dito que o assunto ia ser pensado e só no fim do ano ia estar decidido, ou seja, estava a ser feita uma sessão de apresentação de nada e por isso o mesmo militante disse que, na sua opinião, a Sessão de Esclarecimento promovida pela Câmara Municipal, se tratava de uma sessão eleitoralista.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo) disse que o Grupo Municipal concordava com o Grupo Municipal do PSD quando o mesmo diz que deveria ter sido feita uma Sessão de Esclarecimento sobre a intervenção que estava a ser iniciada na Ponta da Piedade. Relativamente à Sessão de Esclarecimento sobre a obra no Bairro Operário, disse que se tratou mesmo de uma Sessão de Esclarecimento, uma vez que o projeto inicial estava a ser alterado na sequência de intervenções de municípios realizadas na referida Sessão, onde todos ficaram informados que a obra só iria iniciar-se depois de outubro de 2017. Referiu que os políticos têm que ouvir os cidadãos e terminou afirmando acreditar que todos os presentes na sala gostavam de Lagos.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD), na sequência da intervenção do Sr. José Alberto Baptista, em nome do Grupo Municipal do PSD, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que desse a palavra ao Sr. Vereador do PSD, Nuno Serafim, para defesa da honra.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), disse que a defesa da honra dos senhores Vereadores, não careciam de solicitação dos Grupos Municipais, uma vez que a defesa da honra dos mesmos era feita no final das reuniões plenárias da Assembleia Municipal, conforme estipulado pelo Regimento da Assembleia Municipal.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse conhecer o Arquiteto que tinha feito o projeto para a Ponta da Piedade e de certeza que o material que ia ser usado para pavimentar os trilhos que estavam a ser feitos na Ponta da Piedade deveria ser o ecopav.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) perguntou ao Sr. Carlos Saúde se este entende se a APA e a CCDR eram órgãos políticos e administrativos ou se eram órgãos técnicos. Dirigindo-se ao Sr. José Alberto Baptista disse que o riso não era sinal de falta de razão, mas sim de inteligência, era uma maneira de quem está obrigado ao silêncio de reagir.-----



Fl. 103v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que o projeto referente à intervenção na Ponta da Piedade tinha partido da APA e da CCDR Algarve, entidades que têm monitorizado os passadiços existente no Algarve. Referiu que não se deve ter medo da mudança, mas sim do facto das coisas nunca mudarem. Sobre passadiços disse que muitos dos existentes na região estão com falta de manutenção e verificam um elevado número de incidentes nos mesmos. Disse que existem trilhos ilegais junto aos passadiços e que os mesmos, infelizmente, iriam continuar a existir. Referiu que o ideal, em defesa do ambiente, seria proibir o acesso de pessoas à Ponta da Piedade, no entanto isso não é possível e por isso tem que ser encontrada uma solução intermédia que agrade o ambiente e as pessoas.-----

-----O Sr. Carlos Saúde (PS) (Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo) disse que CCDR Algarve, significa Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, tendo uma parte política que toma decisões baseadas em opiniões técnicas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que ninguém estava a colocar pessoas em causa, no entanto, não havia muito tempo, as Câmaras e as Assembleias Municipais do Algarve viram-se obrigadas a dizer não aos técnicos que fizeram a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira. Referiu que o problema de fundo, na questão da Ponta da Piedade, não se as pessoas gostam mais ou menos de Lagos, mas sim que as pessoas não são ouvidas, nem chamadas, nem consultadas para se pronunciarem sobre decisões do tipo da que foi tomada relativamente à intervenção na Ponta da Piedade. Terminou dizendo que o que estava em causa, essencialmente, era a forma da cidadania existir, da democracia participativa existir.-----

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 48 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 23 horas e 10 minutos.-----

### -----**APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA:**

-----Não tendo sido alvo de qualquer intervenção, foi colocada à votação a Ordem do Dia para a presente Sessão da Assembleia Municipal.-----

### -----**DELIBERAÇÃO N.º 70/AM/2017:**

-----**Aprovada**, por unanimidade, a Ordem do Dia para esta Sessão da Assembleia Municipal.-----

-----**PONTO 1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-593-19.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, fez a respetiva introdução ao assunto.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) disse que a Sra. Presidente da Câmara Municipal tinha estado bem na defesa do “seu” projeto para a Ponta da Piedade, só que o projeto em causas não é o projeto que gostaria de ver ser desenvolvido na Ponta da Piedade. Referiu que o local em causa é uma zona, ecologicamente sensível, e



querida de todos. Disse ter ficado com a perceção, aquando da abordagem do assunto noutras reuniões da Assembleia Municipal, que no local iam ser construídos passadiços e não trilho com betão premiado. Referiu que gostava que toda a zona envolvente da Ponta da Piedade fosse reaproveitada para um parque natural, retirando uma carga, muito forte, de pessoas que frequentam a zona, inclusivamente de viaturas automóveis. Disse que a crítica que faz não tem a ver com o que a Câmara Municipal autorizou ser feito na Ponta da Piedade, mas sim com o facto da Câmara Municipal não saber o que pretendem para a zona e como não o sabe, aceitaram como válido e bom o projeto elaborado pela APA e pela CCDR Algarve. Referiu que os órgãos políticos do Município e a população, deveriam ter tido a oportunidade de emitir opinião sobre o assunto. Tendo tudo o referido em consideração, sugeriu que, caso fosse possível, o projeto fosse suspenso para melhor apreciação do assunto.-----

-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que o importante é o que se quer para a Ponta da Piedade para o futuro e não para o momento, sendo que para a Câmara Municipal, o que parece é que o que interessa é o momento e não o futuro. Referiu que o maior erro é tentar levar mais pessoas para o local, que é a estratégia que a Câmara Municipal parece pretender seguir. Disse que a preservação do local está dependente do controlo que possa vir a ser feito em relação ao número de pessoas que possam visitar a zona. Referiu que a paisagem da Ponta da Piedade está para além do dinheiro. Disse que o argumento de que os técnicos é que sabem, não o convencia, uma vez que os mesmos existiam para transformar os ideais dos povos em realidade, pelo que quem comanda é a política e os cidadãos, sendo os técnicos os auxiliares e os instrumentos para a realização da ação política, não servindo para fundamentar. Referiu que Lagos deve aspirar a ter um turismo de qualidade e não de massa. Disse ser importante ouvir as pessoas e até outros técnicos. Referiu que olhando ao espírito da lei da reserva ecológica nacional e ao do Plano de Urbanização de Lagos, a intervenção na Ponta da Piedade não respeitava os valores que estão intrínsecos nos documentos referidos. Sobre o ruído disse que uma coisa é ter artistas de rua devidamente ordenados e fiscalizados, outra é ter artista a tocar desde as nove horas da manhã até altas horas da madrugada, sem qualquer tipo de controlo. Em relação à limpeza urbana e recolha de lixo, disse que o mal do contrato existente é não adotar o modelo adequado para a realização do serviço, uma vez que a Ecoambiente fazia recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.-----

-----O Sr. Fernando Marreiro (PSD) disse ter achado interessante a iniciativa municipal intitulada “Lagos Start on to start up” que tinha decorrido nos dias 9 e 10 de junho, no entanto tinha ficado com dúvidas em relação ao evento, uma vez que a informação que obteve foi de que a este evento estava associada uma despesa na ordem dos 27 mil euros, pelo que perguntou se foi este o valor do evento. Considerou positivo o arranque do projeto da estação da biodiversidade para a Barragem da Bravura, o enquadramento do programa Viver o Verão, a aprovação, por parte do ICN, do Plano Intermunicipal da Defesa da Floresta, o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, apesar de cerca de 10 milhões de euros virem dos impostos municipais. Disse que a taxa de execução do Plano Plurianual de



Fl. 104v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

Investimentos, era baixa. Referiu que tinha solicitado à Câmara Municipal, através da Mesa da Assembleia Municipal, autorização para consultar o processo de atribuição de fogos de habitação social, na Urbanização Municipal de Bensafrim, em junho, mas ainda não tinha obtido tal autorização.-----

-----O Sr. José Alberto Baptista (IND) fez a seguinte intervenção: “Sr. Presidente da AM e da Mesa da AM, Sra. Presidente da CM e Senhores Vereadores da CM, Caros companheiros da AM. Despede-se da AM a Sra. Presidente da CM, cumprida que está a missão a que dedicou o seu mandato: “um mandato de convicção e afirmação, de empreendedorismo, de muito trabalho, mas também de muitas realizações e concretizações ... o que nos leva a afirmar que a missão, por ora, está cumprida”. Também da nossa parte, este é o momento de despedida, com semelhante sentimento de termos cumprido com o que prometemos ao eleitorado, procurando, em todos os momentos, ir na direção do sentir e da necessidade dos lacobrigenses. Começámos, nesta sala, como TSL, por ser oposição de solução; tentámos, mais tarde, ser oposição de alternativa; mas, com a experiência adquirida e a realidade vivida, regressámos à oposição de solução, já como Grupo Independente, com a qual concluímos o nosso mandato. Esta pertença à oposição na AM foi também uma experiência política recompensadora, porque nos vimos mergulhados nos fundamentos da minoria perante a gestão municipal: fiscalizar o órgão do executivo e não mais meios para o fazer que a nossa voz e o nosso voto. Sobre a sua Informação, Sra. Presidente, o que fomos dizendo ao longo do mandato fica como memória da nossa presença na AM; memória que poderá um dia, se a vontade for mais forte que a de hoje, ser reproduzido em texto ou anti texto. Por isso, sempre demos importância maior à leitura e à análise da informação da Sra. Presidente sobre a atividade municipal. Como o iremos também fazer hoje, ainda que de modo diferente e exponenciando uns dos pilares essenciais do poder político local: a relação da maioria executiva com a minoria deliberativa. I - Mas, comecemos pelas recordações, passando depois aos desejos e às esperanças. Mas, sem antes, para não sermos e nem parecermos injustos, deixar de agradecer aos partidos da coligação TSL (CDS/PP e MPT) que nos deram a oportunidade de viver este mandato e que sempre apoiaram as nossas decisões. Saúdo o Dr. Artur Rêgo e o Sr. Sérgio, aqui presentes, responsáveis pela constituição da Coligação TSL. Voltando ao tempo do mandato, recordemos três momentos especiais da vida da TSL: o momento em que a oposição se uniu e votou favoravelmente a proposta da TSL para a descida do IMI; o momento em que, por proposta da TSL, se pôs fim à crise interna da Mesa da AM; e, por fim, mas pelo lado escuro da lua, o momento em que assuntos políticos começaram a passar para a esfera judicial, introduzindo instabilidade política e desconfiança partidária. Do lado das derrotas da TSL e do Grupo Independente, registamos só três recordações: a não aprovação do Manual Municipal de Regulamentos Municipais; a não criação de um Conselho Municipal para a economia e o empreendedorismo local; a não alteração profunda ao sistema de diálogo entre o poder e a oposição. A estas lembranças, também não seria justo para com os membros da AM deixar de juntar três momentos relevantes da ação da AM, em alguns dos quais participou, e bem, a CM: as comemorações dos 40 anos das





primeiras eleições autárquicas que deram início, também, ao meu percurso de autarca lacobrigense; as segundas jornadas de Lagos, em que a AM saiu altamente prestigiada e cujos documentos poderão apoiar a elaboração de um novo documento que substitua o já datado Plano Estratégico de Lagos; a modernização das instalações de apoio à AM, bem como a modernização, ainda que incompleta, do Regimento da Assembleia. E assim, com estas breves lembranças e alguns momentos de memória apresento a todos os meus companheiros de AM e aos membros da CM presentes, as mais cordiais saudações; para aqueles que, em Outubro, voltarão a estar nesta sala, os desejos e as esperanças de que mantenham acesa a chama do bem servir a Cidade, servindo bem a AM e a CM. E entramos no momento dos desejos. Esse foi, afinal, o lema do grande Infante que hoje, pelo cinzel de mestre Leopoldo de Almeida, ainda fixa o mar de Lagos: “talant de bien faire”, isto é, vontade, mas também, talento, de bem-fazer e de fazer bem. II - Voltemos de novo à sua Informação, Sra. Presidente e repetamos o que escreveu: “foi, sobretudo, o rigor, a responsabilidade, o compromisso, o sentido crítico e a vontade de fazer mais e melhor pelo nosso concelho que nos levaram mais longe...” Cremos, sinceramente, que este mandato da AM foi também muito longe, mesmo se, como diz o arguto membro do BE, “poderíamos ter ido mais longe”. Poderíamos, sim, em abstrato, mas, não pudemos ir mais longe, porque se a maioria e as minorias autárquicas estiveram, muitas vezes, de costas voltadas, as minorias apostaram, quase sempre, ou na crítica metódica ao exercício da maioria, ou na defesa dos seus interesses partidários. Difícil foi, pois, encontrar, não só pontes para com a maioria, mas, ainda mais grave, pontes entre as próprias minorias, a que veio juntar-se um ambiente degradado pela intervenção judicial em assuntos dos órgãos municipais, bem como algumas querelas no interior da AM, a que não escapou a própria mesa da AM. III - No momento de despedida, tenho que reconhecer que, nestes quatro anos, Senhores Presidentes da CM e da AM e caros companheiros da AM e da CM, uma realidade se foi sobrepondo ao funcionamento normal e democrático das relações autárquicas: a falta de um diálogo tranquilo e plural entre os dois órgãos municipais. Mesmo na sua última informação, Sra. Presidente, é evidente essa falta de ligação entre a CM e a AM: nenhuma referência há aos pedidos pendentes de informação dos membros e da mesa da assembleia que, segundo informação dos serviços de apoio da AM, se aproximam dos 25%. Por isso, será sobre a matéria da relação maioria - minorias, estimados companheiros da AM, que escolhi focar a nossa intervenção desta noite. Não tanto no aspeto jurídico, que ficará para o ponto 2 da sessão, mas, e tão só, no campo político. E aqui a minha esperança sobre a melhoria da democracia entre os órgãos municipais de Lagos. IV - Começo por reconhecer que há um indicador comum nos inúmeros relatórios sobre o direito de oposição compulsados; em todos, e de todos os partidos, encontrámos a mesma resposta: a maioria governa e a minoria é oposição. Governamentalizou-se, assim, a gestão autárquica municipal. Um dos mais insistentes pedidos, seja como TSL, seja como Independente, que fizemos durante o nosso mandato, aqui, foi a de que se estabelecesse uma relação sadia entre os partidos que venceram as eleições e os que não venceram. Tivemos e temos dificuldades em compreender uma vida democrática normal sem que haja



Fl. 105v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

pontes e diálogo entre as maiorias e as minorias. Do Relatório da Comissão de Veneza da U.E. sobre o papel da oposição numa democracia sobressai a recomendação ao nosso poder local:” a necessidade da procura do justo equilíbrio entre o poder da maioria e os direitos da minoria”. Assim sendo, para a vida democrática local é necessário encontrar pontes políticas e culturais para que a minoria aceite a maioria e a maioria respeite a minoria. Pelo que lemos na Comissão de Veneza, não há só lugar para a crítica à maioria; também a oposição é titular de crítica. V - Alguns de vós me dirão que é próprio da democracia a conflitualidade e que os consensos podem desvirtuar a luta política. Este é um debate que continua na ordem do dia da teoria política democrática. Ainda não há muito tempo alguém escreveu um livro a que deu o título radical de “A ilusão do consenso” e que livro dos recentes revolucionários em Espanha. Mas, a corrente menos radical da modernidade política, aquela a que nós damos melhor atenção, já compreendeu que algo deve mudar nesta relação conflito - consenso, pelo que, vamos lembrar, como nossa, a opinião do basco Daniel Innireraty: “Uma democracia, mais que um regime de acordos, é um sistema para conviver em condições de desacordo. Mas, os desacordos são mais conservadores que os acordos; quanto mais polarizada está uma sociedade menos capaz é de se transformar. Ser fiel aos próprios princípios é uma conduta admirável, mas defendê-los sem flexibilidade é condená-los à paralisia política; a política democrática não pode produzir mudanças na realidade social sem algum tipo de cedência mútua”. E com uma pertinência temporal exemplar para nós, em vésperas de eleições autárquicas, o autor volta-se, então, para as campanhas eleitorais: “A retórica das campanhas eleitorais faz parte de nossas práticas democráticas, mas governar é algo diferente que obriga a fazer pactos e a fazer concessões; quem governa necessita de opositores com quem colaborar e não inimigos a quem desacreditar”. E conclui o seu pensamento: “Como sempre, a democracia é um equilíbrio entre acordo e desacordo, entre desconfiança e respeito, entre cooperação e competências, entre princípios e circunstâncias”. VI - Em breve, a luta eleitoral porá vencedores / maioria e vencidos/minorias de ontem em novo confronto; do resultado eleitoral voltarão a sair, de novo, vencidos e vencedores. Haja na campanha eleitoral o justo equilíbrio entre a luta e o respeito. Para não falar no bom senso. Lembrem-se todos que a nossa paróquia local é feita de homens concretos, de interesses concretos, de sonhos concretos. Todos os nossos concidadãos esperam dos seus políticos autárquicos, mais que guerrilhas partidárias, a defesa dos seus autênticos e verdadeiros interesses. Para eles, as eleições não podem ser uma mera “carimbadela democrática”, como alguém disse recentemente... A própria autora da citada “ilusão do consenso”, veio mais tarde corrigir o seu pensamento radical, escrevendo: “Por certo que a democracia não pode sobreviver sem certas formas de consenso. Para isso, é mester que os cidadãos tenham verdadeiramente a possibilidade de escolher entre alternativas reais”. E são essas alternativas reais que, e sobretudo em tempo eleitoral, devem ser expostas aos cidadãos. VII - E se no campo da luta política se inscreve a conflitualidade democrática, já na prática do exercício da democracia municipal essa conflitualidade deve ser reduzida através de formas de convivência democrática, como o diálogo e a



responsabilidade, de modo que as soluções encontradas para o bem comum sejam resultado do consenso entre poder, oposição e participação de cidadãos. É este consenso tripartido uma utopia? Pela experiência que tivemos na política do pós - Abril, foi sempre através de um consenso alargado entre os eleitos, da maioria ou das minorias, que foi possível alavancar a Cidade de Lagos para os melhores patamares de urbanismo, de cultura e de criação de infraestruturas. VIII - Nem sempre, neste mandato, infelizmente, o diálogo entre os dois órgãos municipais foi fácil; se houve conflitualidade positiva a menos, houve conflitualidade negativa a mais. Para reduzir esta conflitualidade negativa, no futuro, e essa faz parte da nossa esperança, é necessário enquadrar algumas questões simples de relacionamento, à luz da legislação autárquica e de legislação adjacente. Começamos pelo sentido geral da função de fiscalização e acompanhamento da atividade municipal por parte da AM, de acordo com a Lei n.º 75/2013, o que hoje aqui estamos a fazer. Há um direito inato de cada membro da AM, seja do poder, seja da oposição, de “fiscalizar, acompanhar e ser informado sobre a atividade municipal”, seja em plena sessão da AM, seja com pedidos de informação, seja em audição prévia sobre assuntos de interesse relevante municipal, conforme ao artigo 25.º da Lei n.º 75/ 2013. Há também a obrigação política da CM, na preparação do seu projeto de GOP e de Orçamento, ou de outros documentos relevantes, ouvir, em tempo, os vereadores dos partidos da minoria e grupos de cidadãos representados no executivo, bem como consultar os Grupos Municipais da AM, sejam ou não titulares do estatuto jurídico de oposição. Esta é a nossa posição, pelo que, quando durante o PAOD, nos referimos às queixas das bancadas com vereadores da oposição, o que fizemos foi relevar este assunto e não ofender qualquer honra, nem pessoal, nem política, e muitos menos, magoar os srs. Vereadores. Assim não o compreenderam, o que lamento. As ações da CM acima descritas não se confundem, nem ficam limitadas ou comprometidas com o legislado na Lei n.º 24/98, como veremos no ponto seguinte da sessão. Fazem parte do respeito que a maioria deve ter pelos direitos da minoria, de acordo com a legislação jurídica e política do sistema de gestão municipal. IX - Há, entretanto, nesta ligação CM e AM, uma questão intermédia que tem levantado algumas dificuldades de interpretação, e por vezes, com insustentável impertinência partidária. Ó o caso da interpretação que é feita por alguns Grupos Municipais sobre a documentação enviada pela CM e sobre as reuniões a convocar os Grupos Municipais. Para nós, a Lei autárquica é clara: quem representa o Município é, no nosso caso, a Sra. Presidente da CM. Assim como é, na Assembleia, e nesta sala, a representante legal da CM. Não competia à TSL, nem agora compete ao G. Independente, questionar a legitimidade dos convites ou a legalidade dos documentos enviados em nome da CM. Assim o não entenderam alguns Grupos Municipais. Com os quais sempre discordámos. E se não intentámos levá-los para a nossa discordância, também não aceitámos, nem aceitaremos, que nos imponham a sua interpretação, como o quiseram fazer em uma reunião da Comissão Permanente, cuja ata, obviamente, não assinámos. E, sobre esta matéria, ficamos, em sessão de despedida, por aqui... X - “Não há cidades sem futuro; há cidades sem político, ou políticos sem projetos”, alguém sabiamente escrevia. Mas, para haver Cidade com projetos tem de haver



Fl. 106v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

políticos que osensem ou que os sonhem; mas, para bem pensar ou sonhar, o desafio que se imporá será o diálogo e o acordo e, através deles, os consensos possíveis. Assim, e para concluir, a nossa Cidade e o nosso Município necessitam, mais que uma política de conflitualidade, de uma “cultura do diálogo” nos órgãos municipais de Lagos. Vencidos e vencedores sabem que estão obrigados a dialogar para fazer da política um estado de esperança e tornar os políticos cidadãos respeitados e estimados. É preciso que os lacobrigenses... acreditem nos seus políticos... e na política local. Eis o conteúdo da parte da recomendação da Comissão de Veneza a que já fizemos referência: “É necessária a procura do justo equilíbrio entre o poder da maioria e os direitos da minoria. A ausência de direitos da oposição pode comprometer ou baixar o funcionamento e a legitimidade democrática do poder municipal. Na inversa, a atribuição de direitos e de poderes extensos à oposição pode fragilizar ou eliminar a capacidade da maioria e do seu executivo para dirigir eficazmente o Município”. XI - E assim me despeço, depois de ter lembrado, nesta última sessão, algumas das esperanças políticas que mais motivaram a minha participação autárquica aos longos dos anos: a urgência de um diálogo sadio e distendido entre os atores políticos municipais; a criação de consensos sobre as grandes respostas às necessidades dos cidadãos; a defesa de uma ousadia conjunta para definir objetivos e projetos que mantenham Lagos na linha do horizonte que a história nunca lhe negou. Esta é a esperança que foi nossa e que desejamos que seja a vossa esperança de futuro. E é em nome dessas esperanças que dedico, esta noite, a todos os membros da AM e da CM o poema /prece de Sophia Andresen, a musa tutelar de Lagos: A PAZ SEM VENCEDOR E SEM VENCIDOS - Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos, A paz sem vencedor e sem vencidos. Que o tempo que nos deste seja um novo, Recomeço de esperança e de justiça. Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos, A paz sem vencedor e sem vencidos. Fazei Senhor que a paz seja de todos. Dai-nos a paz que nasce da verdade, Dai-nos a paz que nasce da justiça, Dai-nos a paz chamada liberdade, Dai-nos Senhor a paz que vos pedimos. A paz sem vencedor e sem vencidos. Eis a minha prece de despedida nesta noite de fim de caminhada. E concluo, com um Muito Obrigado a todos.”-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou até que hora estava licenciada a animação de rua para a Praça Luís de Camões, se a licença era ou não cumprida e se a Câmara Municipal tinha aparelhos para medir o ruído com o intuito de verificar se a lei está, ou não, a ser cumprida.-----

-----O Sr. José Santos (BE) disse que um Requerimento apresentado pelo BE em dezembro de 2016, ainda não tinha obtido resposta. Solicitou informação relativamente à finalização do acesso à escola Júlio Dantas. Disse que as novas rotundas na EN125, no Chinicato e na Marateca não estão iluminadas pelo que se tornam perigosas. Perguntou o que se passava com a rotunda do Modelo, uma vez que a mesma ainda não tinha sido arranjada depois de uma obra referente a uma reparação de uma conduta lá existente. Disse que tinha a ideia de que o parque de estacionamento do Rossio da Trindade era grátis, mas afinal era pago. Terminou afirmando que “Em democracia é tão importante quem governa como quem é



oposição”-----  
-----O Sr. Jorge Ferreira (LCF) disse que a receita da Câmara Municipal está a crescer por via do IMT e por via da taxa de disponibilidade. Referiu que em 2007, 2008 as receitas do IMT também eram elevadas o que levou a Câmara Municipal a pensar que o tempo das vacas gordas era eterno e que a bolha imobiliária não teria fim, quando isso é o que existe de mais certo. Sobre o ruído, disse que as bandas que dão espetáculos nas artérias da cidade com som amplificado, causando incómodo aos habitantes, podiam organizarem-se no sentido de fazerem concertos no Auditório do Parque das Freiras.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que um espaço que também podia servir para as bandas atuarem era o parque de estacionamento da escola das Naus. Perguntou se a Câmara Municipal já tinha realizado algum estudo sobre a pegada ambiental deixada na Ponta da Piedade pelos turistas e que benefícios traziam para a cidade os concertos musicais dados pelos artistas de rua.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que a requalificação da Ponta da Piedade era um projeto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), assim como foram feitos outros projetos do género no Algarve, desenvolvido entre 2010 e 2012, na sequência da preocupação na valorização na Ponta da Piedade e com o objetivo de defender as arribas e evitar o pisoteio da zona. Referiu que a APA tinha desenvolvido um procedimento com vista ao projeto de requalificação da Ponta da Piedade, tendo contratado um Engenheiro para elaborar o projeto, que depois de elaborado recolheu os pareceres favoráveis da CCDR Algarve e da Câmara à primeira fase, que é a parte mais pequena que liga o farol à praia do Canavial, sendo esse que estava a ser concretizado, não existindo, ainda, projeto para toda a outra parte envolvente entre o farol e a praia do Pinhão, a qual envolvia outra complexidade. Informou que o projeto deveria ter sido desenvolvido em 2012, mas não foi possível, sendo que tinha sido agora possível avançar com o mesmo depois de o ter submetido a uma candidatura comunitária e com uma participação do Cascade, sendo que o valor do projeto é de cerca de duzentos e trinta e cinco mil euros e ia ser constituído por um trilho feito com betão permeável, delimitado com pilaretes de madeira e com ligação a miradouros colocados em pontos estratégicos. Referiu ainda que a segunda fase da intervenção na Ponta da Piedade era mais abrangente e complexa, tendo um custo estimado de cerca de dois milhões de euros, pretendendo-se candidatar a mesma a fundos comunitários. Disse que o projeto da segunda fase da intervenção será acompanhado, por todos, de uma outra forma. Sobre a nova entrada da escola Júlio Dantas disse que a Parque Escolar, finalmente, tinha reunido todas as condições para avançar com a obra, iniciando a mesma ainda em 2016, e informou que a Câmara Municipal estava a trabalhar num projeto para requalificar toda a zona envolvente à nova entrada da escola. Disse que ainda bem que o Município tem tido um aumento de receitas provenientes do IMT, sendo isso sinal de que existem muitas pessoas a investir em Lagos, no entanto existia a consciência de que o IMT não era um imposto seguro, pelo que não podiam ser feitos grandes investimentos a fazer conta com este imposto, por isso a gestão tem sido controlada. Referiu que a obra prevista se iniciar em 2016 no Bairro Operário



Fl. 107v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

era prioritária para a Câmara Municipal, assim como tinham sido as obras realizadas em algumas artérias do Centro Histórico, uma vez que as infraestruturas estavam a necessitar de intervenções urgentes. Disse que a atribuição de dezasseis fogos municipais em Bensafrim, tinha sido muito rigorosa, no entanto aí ser dada autorização ao Sr. Fernando Marreiro para consultar o processo.-----

-----O Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, disse que as licenças de animação de rua, eram semanais, de sexta a quinta, com sistema rotativo, onde era tentado enquadrar, nas Praças e nas ruas, um conjunto de elementos entre animação de música e animação circense. Referiu que as licenças eram semanais para controlar as queixas que chegavam à Câmara Municipal, queixas essas que devem ser direcionadas para a pessoa ou para o grupo que esteja a incomodar. Sobre a amplificação sonora, disse que os locais licenciados para tal são as Praças Luís de Camões, Gil Eanes e do Infante e a rua Portas de Portugal. Informou que a hora limite para atuações é a meia-noite. Referiu que a fiscalização municipal funcionava, desde 2014, das nove à meia-noite, sendo que fora deste horário quem tinha competência para atuar eram as forças de segurança. Informou que todos os animadores sabiam das regras e de quem tinha licença para atuar nas ruas. Para além destes as Associações de Comerciantes, as forças de segurança e os fiscais municipais, tinham igualmente conhecimento da listagem referente aos artistas licenciados para atua nas ruas. Em relação às queixas apresentadas pelos munícipes no Período de intervenções do Público, disse que ia averiguar as situações. Disse que a animação de rua é um complemento e uma oferta que a cidade dá a quem a visita e a quem a habita, no entanto tem que ser realizada com conta, peso e medida. Em relação ao facto de ser dito que 2016 era ano de eleições autárquicas e por isso havia aproveitamentos, disse que prova que a Câmara Municipal não está preocupada com as eleições é o facto da taxa de execução do PPI ser baixa, vinte e dois, vinte e três por cento. Disse que as receitas arrecadadas pela Câmara Municipal por via dos impostos municipais, têm decrescido nos últimos anos, o que se verificou foi um incremento da receita proveniente do IMT, que estava a ser aplicada de uma forma consciente, de forma a salvaguardar a situação financeira da autarquia.-----

-----O Sr. José Valentim (PSD) agradeceu à Sra. Presidente da Câmara Municipal a forma franca com que expôs a sua ideia e o seu pensamento, referente ao projeto da Ponta da Piedade. Disse ter registado, com muito apreço, o facto de a Sra. Presidente da Câmara Municipal ter subscrito as ideias por si defendidas para um projeto integrado para a ponta da Piedade e por isso voltou a sugerir à Sra. Presidente da Câmara Municipal a suspensão do projeto iniciado.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, disse que não existia qualquer possibilidade de a Câmara Municipal interromper um projeto licenciado e uma obra contratualizada e que fazia todo o sentido ser realizada. Deixou expresso o seu reconhecimento relativamente à intervenção do Sr. José Alberto Baptista.-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Luís Barroso (LCF), ao abrigo do n.º 5 do Artigo 28.º do Regimento, em vigor, da Assembleia Municipal, tomou a palavra para exercício do direito de defesa da honra, tendo dito o seguinte: “Antes de mais



dizer ao Dr. José Alberto Baptista, que sempre tive a maior consideração pessoal pelo senhor, lamento que nos tenha abordado da maneira como fez, até porque o senhor, e era essa a minha opinião, durante quatro anos pareceu ser uma pessoa na Assembleia que sempre defendeu ou sugeria ao Executivo em permanência, digamos entre aspas, que os Vereadores da oposição deviam ter uma maior participação na vida democrática do Município. Agora vem-nos dizer e vem-nos atacar, a mim e ao meu colega, dizer exatamente ao contrário. Eu queria só esclarecer uma coisa, provavelmente o senhor não sabe, mas o que nós tomamos conhecimento na Câmara é só aquilo que vai à reunião de Câmara e aquilo que vai à reunião de Câmara provavelmente será cinco por cento das coisas que são decididas na Câmara. É aquilo que o Executivo socialista decide lá introduzir nas reuniões de Câmara. Portanto para além dessa parte que vai à reunião de Câmara, muitos, talvez quinze a vinte por cento das deliberações são retificações, tal e qual, penso que falou na sequência do que o Dr. Jorge Ferreira falou anteriormente, relativamente a este Ponto da Ponta da Piedade, foi uma retificação, foi tudo decidido antes, portanto não houve nenhuma sessão de esclarecimento, nem sequer com os Vereadores da oposição e é um pouco contra isso que nós, penso eu e talvez o meu colega também pense assim, que nós estamos contra, devíamos ter mais participação em certas decisões que são feitas na Câmara e que nos passam ao lado. Portanto, eu lamento que o Sr. Dr. Baptista não tenha ... nunca foi oposição aqui, foi sempre uma pessoa que levou a elogiar o Executivo, portanto está no seu coração, eu não estou a criticar sempre foi desse Partido, ainda hoje acabou por reforçar esses elogios, não estou a criticar isso, portanto o senhor diz aquilo que entende e pronto, mas lamento, lamento, que o senhor nos tenha abordado dessa maneira e queria só lhe lembrar uma frase que o senhor disse aqui uma vez, que enquanto oposição escusava de ter dito, voltou-se para a Sra. Presidente e disse: “a Sra. Presidente faz tudo bem”, é pá não há nenhum humano que faça tudo bem, todos nós erramos, isso não lhe fica muito bem, mas qualquer das maneiras ...”-----

-----O Sr. Vereador da Câmara Municipal, Nuno Serafim (PSD), ao abrigo do n.º 5 do Artigo 28.º do Regimento, em vigor, da Assembleia Municipal, tomou a palavra para exercício do direito de defesa da honra, tendo dito o seguinte: “Desde já cumprimento todos os presentes e queria manifestar, desde já, o meu reconhecimento pessoal ao Sr. Membro Baptista. Obviamente que reconheço que é inteligente e metódico, tanto no discurso como na leitura dos documentos, por isso é que aquela frase que disse que estava farto das queixas, que foi a sua expressão, não minha, farto das queixas dos Vereadores da oposição, que não têm conhecimento da matéria, dito, talvez, por outro Membro da Assembleia, talvez não tivesse a profundidade que teve como dito por si, até pelas responsabilidades que já teve neste Município. O senhor sabe, porque eu sei que o sabe, porque lê a documentação toda, que aquela decisão da Ponta da Piedade, ou da D. Ana, como queira chamar, foi uma ratificação, ou seja, isto para as pessoas que estão aqui presentes perceberem, aquilo que nós e o senhor levou a falar durante esta reunião, sobre as minorias e as maiorias que existem, aquilo que foi levado a reunião de Câmara para nós nos renunciarmos, já estava aprovado, já estava adjudicado e isso é a democracia que o senhor hoje vê



Fl. 108v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

no seu discurso dar os parabéns ao atual Executivo e no seu discurso deu os parabéns. Eu acho que isso não é democracia, eu acho que a não discussão, e se você for ver e comparar, até pegando no seu mandato, pegando no mandato do Sr. José Valentim, que tem ao seu lado e pegando até no mandato do Presidente Júlio Barroso, não houve tantas retificações como você teve nestes quatro anos, some-as, faça essa análise crítica a este mandato, fez essa sua despedida tão elogiosa a este Executivo, conte as ratificações que nós fizemos, conte as subdelegações e a delegações de competências desta Câmara, compare-as com o seu tempo, compare-as com o tempo de quem está ao seu lado, e depois veja onde para a democracia em Lagos. Eu não aceito de si essa crítica, porque o senhor, para já não está farto das minhas queixas, porque nunca me ouviu queixar, nem eu nunca me queixei, em relação a esta decisão, aliás, nunca ninguém me perguntou qual a minha posição, não o tenho que dizer aqui, mas de mim nunca ouviu falar desta matéria, por isso não aceito essa sua crítica e devia ser justo quando critica e ver de que modo é que estas decisões são, ao fim e ao cabo, aprovadas, são decididas e quem as aprova, e se consultar o processo da D. Ana ele tem muito que se lhe diga, porque isto não inicia como a história foi aqui contada, tem mais que se lhe diga.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** Assim o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), após consulta à Assembleia, declarou interrompida a Sessão, para continuação no dia 5 de setembro de 2017, às 20.30 horas, hora regimental, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho, no Ponto 2 da Ordem do Dia, tendo, eram 0 horas e 43 minutos, da madrugada do dia 5 de setembro de 2017, declarado encerrada esta Reunião.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins, Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----

.....  
.....